

PESQUISA
em CIÊNCIAS
HUMANAS
e SOCIAIS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Chizzotti, Antonio

Pesquisa em ciências humanas e sociais / Antonio Chizzotti.
– 12. ed. – São Paulo : Cortez, 2017.

ISBN 978-85-249-2426-2

1. Ciências humanas – Pesquisa qualitativa 2. Ciências sociais
– Pesquisa 3. Pesquisa – Metodologia I. Título.

16-00775

CDD-001.3072
-300.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências humanas : Pesquisa qualitativa 001.3072
2. Ciências sociais : Pesquisa 300.72

Antonio Chizzotti

PESQUISA
em **CIÊNCIAS**
HUMANAS
e **SOCIAIS**

12ª edição

 **CORTEZ**
EDITORA

PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Antonio Chizzotti

Capa: de Sign Arte Visual

Revisão: Solange Martins

Composição: Linea Editora Ltda.

Secretaria editorial: Priscila F. Augusto

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© 1991 by Antonio Chizzotti

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – fevereiro de 2017

*Ao Mário,
pai e mestre*

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
PROLEGÔMENOS À PESQUISA	17
1. Paradigmas de pesquisa.....	17
2. Fontes de informação.....	23

PARTE I

Pesquisa experimental

CAPÍTULO 1. Da pesquisa experimental	33
1. Introdução	33
2. O termo	34
3. Experimentação	36
4. Pressupostos da pesquisa experimental	37
5. O método	39
6. Limites e críticas	41
7. Contestações mais recentes	43
8. Confluências e oposições	44
9. Processo de uma pesquisa experimental	45

CAPÍTULO 2. Fases e etapas da pesquisa experimental..	48
1ª fase: A determinação do problema	48
2ª fase: A organização da pesquisa	52
3ª fase: A execução da pesquisa de campo	59
4ª fase: A redação do texto	60
CAPÍTULO 3. Coleta de dados quantitativos.....	63
1. Introdução.....	63
2. Observação sistemática.....	66
3. Questionário	68
4. Entrevista dirigida	71
5. Estratégias de experimentação	74
CAPÍTULO 4. Análise dos dados quantitativos.....	85
1. Introdução	85
2. Tratamento estatístico	87
3. Tratamento sistêmico	89

PARTE II

Pesquisa qualitativa

CAPÍTULO 1. Da pesquisa qualitativa.....	95
1. Introdução	95
2. Pressupostos da pesquisa qualitativa	97
3. Orientações filosóficas e pesquisa qualitativa	98
4. Aspectos da pesquisa qualitativa	100

CAPÍTULO 2. Coleta de dados qualitativos	109
1. Introdução	109
2. Observação participante.....	110
3. Entrevista não diretiva.....	113
4. História de vida	117
5. Análise de conteúdo.....	120
6. Pesquisa-ação e pesquisa-intervenção	123
7. Estudo de caso	125
8. Etapas da pesquisa qualitativa.....	128

PARTE III

Documentação

1. Introdução.....	135
2. As bibliotecas	136
3. Arquivos.....	142
4. Centros de documentação bibliográfica.....	146
5. Os produtos documentários	150
6. Bibliografia.....	152

PARTE IV

Bibliografia

1. Ciências humanas e sociais.....	157
2. Ciências da educação	168
3. História.....	175
4. Linguística.....	182
5. Filosofia	187
6. Psicologia	192
7. Sociologia	199

PREFÁCIO

Este livro é resultado de um período de acompanhamento de alunos que, iniciando seus cursos de pós-graduação, reclamavam de sua síntese de informações básicas para fundamentar os seus trabalhos e as suas definições teóricas. Em geral, os cursos que trabalham a pesquisa dão informações sistemáticas sobre diferentes aspectos da investigação. Os alunos, porém, quando iniciam concretamente as suas pesquisas, sentem-se carentes de referências e informações sobre diferentes aspectos dos seus projetos específicos e, no momento da execução da sua pesquisa, reafirmam a necessidade de informações básicas para prosseguir o seu trabalho de investigação científica. Para responder a esta solicitação, foi-me sugerido reunir uma síntese breve de informações e uma bibliografia seletiva sobre cada aspecto da pesquisa, de tal modo que se constituísse em um roteiro que oferecesse uma visão panorâmica e sintética de diferentes vias e concepções de pesquisa, mas que garantisse as referências bibliográficas fundamentais para um aprofundamento científico particular do leitor.

O livro obedece a essa exigência acadêmica e procura dar uma visão geral sobre a pesquisa experimental e a pesquisa qualitativa, remetendo o pesquisador às fontes bibliográficas que o auxiliem no seu aprofundamento desejado. Com esse propósito recorreremos à bibliografia nacional e internacional divulgada nos últimos 25 anos, valendo-nos de sugestões manifestadas em encontro de professores.

A obra visa, ainda, atender uma necessidade atual da literatura sobre o assunto. É notório que o desenvolvimento da pesquisa no Brasil e das exigências dos cursos de pós-graduação têm suscitado um debate vivo entre as tendências conflitantes entre métodos de investigar ou validar conhecimentos científicos. Têm sido férteis as publicações que procuram indicar como fazer pesquisas ou trabalhos acadêmicos. Um volume relativamente disperso de indicações bibliográficas e referências fontais sobre aspectos particulares da pesquisa tem obrigado muitos pesquisadores a um esforço solitário de busca bibliográfica para fundamentar as suas opções teóricas e metodológicas.

O livro procura responder a essa necessidade, verbalizada em cursos e encontros sobre o assunto e identificada por muitos orientadores, que se veem obrigados a repetir aos seus orientandos a literatura básica que trata da iniciação à pesquisa científica.

A organização do texto procura responder a um momento atual dos debates em torno da pesquisa e, para isto, toma as suas principais vertentes, que têm sido assumidas, com estes ou outros nomes, para relatar pesquisas.

É sabido que o modelo de pesquisa experimental, construído zelosamente no final do século XIX e na primeira

metade do século XX, constituiu-se em um modelo oficial de pesquisa em ciências humanas e sociais que privilegiou a medição das regularidades constantes dos fenômenos. O grande edifício metodológico desse tipo de pesquisa passou a ser abertamente contestado por diferentes correntes a partir dos anos 1960. A pesquisa experimental ou quantitativa defrontou-se com muitos pesquisadores que expuseram os limites da validação meramente quantitativa e propuseram outros caminhos de pesquisa para as ciências humanas e sociais.

Uma outra opção de pesquisa proclama-se baseada em dados e análises qualitativas. Esta opção tem uma história recente que não pode ser ignorada, e desconhecer essa história pode levar a uma simplificação ingênua, conotar pejorativamente outros tipos de pesquisa ou acobertar simplismos metodológicos. A pesquisa qualitativa é uma orientação que abriga tendências diversas e pressupostos com raízes filosóficas distintas. A falta de uma fundamentação consistente pode resultar em oposição gratuita e infundada à mensuração e levar a uma rejeição elementar dos fundamentos e métodos de validação dos conhecimentos.

Os métodos de pesquisa qualitativa conseguiram ampla difusão nos meios universitários. Contribuíram, para isso, as inovações trazidas à pesquisa pelas ciências sociais, em geral, e também o fato de alguns pesquisadores, com longa tradição em pesquisa naturalista, transigirem com seus modelos em favor de uma abordagem mais ampla da verdade científica. Outros sofreram uma mudança radical. Essas mudanças ocorreram em pesquisadores que, familiarizados com a pesquisa experimental, não se fixaram nessas práticas, mas souberam incorporar as contribuições das

pesquisas qualitativas. A consolidação desse tipo de investigação deveu-se ainda à própria prática dos pesquisadores que adotaram tal orientação, uma vez que renunciaram a contrapor as vantagens dos seus pressupostos às fraquezas dos estudos quantitativos, preocupando-se muito mais em demonstrar o rigor adotado no modo como foram realizadas as suas pesquisas qualitativas. O debate entre correntes divergentes pode ser enriquecedor, se os seus fautores não se plantarem em trincheiras ideológicas arregimentando munições para as suas fortalezas, sem atinar pelos frutos que debates bem fundamentados podem trazer ao avanço das ciências humanas e sociais.

O texto que ora apresentamos procura captar esse momento da investigação científica no Brasil e parte da apresentação das etapas de uma pesquisa experimental que, com algumas variantes, ou extraído o núcleo hipotético-dedutivo das hipóteses, tem sido um paradigma “clássico” de pesquisas acadêmicas. Analisa, na Parte I, os pressupostos que sustentam esse paradigma e algumas tendências atuais da pesquisa experimental. Condensa, na Parte II, uma notícia sucinta de pesquisa qualitativa e de suas técnicas privilegiadas de validar conhecimentos, remetendo o interessado para a bibliografia existente sobre cada aspecto abordado. Pareceu-nos necessário condensar também, em uma terceira parte, as informações sobre as fontes documentárias em ciências humanas e sociais.

Longe de ser exaustivo, houve interesse em referir as principais publicações existentes na literatura internacional, disponível em francês e inglês. Muitas dessas publicações não são de fácil acesso; poderão, em parte, ser encontradas nas principais bibliotecas e centros de pesquisa ou

documentação que os serviços de intercâmbio e comutação entre bibliotecas poderão facilitar.

Muitos são os que estão empenhados na realização de suas pesquisas para titulação acadêmica ou para responder aos seus compromissos pessoais com o conhecimento e com a sociedade. O presente texto quer facilitar a superação de alguns nós da pesquisa e continuará aberto às sugestões dos que passaram por experiências similares e que têm recomendações ou sugestões para melhor atingir os objetivos a que se propôs o autor.

O Autor

PROLEGÔMENOS À PESQUISA

1. Paradigmas de pesquisa

A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida.

Nessa tarefa, confronta-se com todas as forças da natureza e de si próprio, arregimenta todas as energias da sua capacidade criadora, organiza todas as possibilidades da sua ação e seleciona as melhores técnicas e instrumentos para descobrir objetos que transformem os horizontes da sua vida. Transformar o mundo, criar objetos e concepções, encontrar explicações e avançar previsões, trabalhar a natureza e elaborar as suas ações e ideias, são fins subjacentes a todo esforço de pesquisa.

Essa atividade tem uma história multissecular, que se organiza com a Filosofia, tendo um desenvolvimento

particular nos séculos XIX e XX. Um balanço histórico das estratégias e métodos empregados nesse esforço é resumido, segundo Kuhn,¹ em duas tradições: a aristotélica, com um objetivo teleológico, e outra, mais recente, galileana, que procura onexo causal e mecanístico dos fatos.

Esse autor considera que, ao longo do tempo, a ciência *estrutura* um conjunto de preceitos, noções e processos que caracterizam os procedimentos dominantes em uma comunidade científica nacional ou internacional, em um aspecto particular da ciência durante um período de tempo, que é *revolucionado* quando um ou vários pesquisadores demonstram as anomalias de uma ciência *normal* e põem em crise o universo de certezas, obrigando a comunidade toda a repensar os fatos e teorias explicativas, como se pode atestar na Astronomia, com Ptolomeu, Copérnico, Galileu ou, na Física, com Aristóteles, Newton, Einstein. O paradigma da pesquisa dominante envolve uma concepção e esta estabelece os critérios de definição e de formulação de um problema a ser pesquisado, implicando uma abordagem e os *processos de seleção* do problema.

O conceito *paradigma*, apesar da ambiguidade do termo, tem sido usado para caracterizar o estado da investigação e duas tendências conflitantes em pesquisa, neste século: um paradigma que se caracteriza pela adoção de uma estratégia de pesquisa modelada nas ciências naturais e baseada em observações empíricas para explicar fatos e fazer previsões, e outro, que advoga uma lógica própria para o estudo dos fenômenos humanos e sociais,

1. KUHN, T. S. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

procurando as significações dos fatos no contexto concreto em que ocorrem.

O primeiro paradigma se fundamenta no Positivismo de Comte (1786-1857) para o estudo dos fatos sociais e no empirismo de J. Stuart Mill (1806-1873) para a investigação dos fenômenos psicológicos. O sucesso deste paradigma se radica no método de Francis Bacon (1561-1626) na matematização do conhecimento de R. Descartes (1596-1650) e Galileu (1564-1642), no valor da experiência de B. Pascal (1623-1662), na Física de I. Newton (1642-1727) e nos materialistas do século XVIII, que valorizam a observação e o interesse pela natureza, a relevância da probabilidade e da dedução, a matematização da natureza, a noção de experiência, causalidade e previsibilidade. Mas o triunfo do método experimental no século XIX consolidou-se com a utilização de uma lógica hipotético-dedutiva e uma metodologia de experimentação de hipóteses, validada por processos dedutivos matemáticos. A adoção desta concepção pelos pesquisadores anglo-saxônicos e sua difusão nos meios científicos foi tão ampla que perdurou como o único paradigma aceitável nos meios acadêmicos.

Esse paradigma ganhou um novo dinamismo com o atomismo lógico na Inglaterra, com Russell (1871-1970) e Wittgenstein (1889-1951), e com os neopositivistas do Círculo de Viena, reunidos em torno da revista *Erkenntnis*, fundada em 1940. Estes filósofos assumiram uma concepção mecanicista, amparada na física matemática, elaboraram uma lógica empírica com a qual pretenderam unificar a ciência e criar uma *ciência da ciência*, baseada em um método analítico e uma linguagem fiscalista (uma linguagem

dos objetos corpóreos extralinguísticos, independentes do sujeito que os percebe), e reduzindo o conhecimento à expressão bem formalizada do mundo.

Esse paradigma experimental foi também estendido à análise da sociedade. Pareto (1848-1923) e Durkheim (1858-1917) procuraram um método para a explicação dos fatos sociais que, à semelhança das ciências na natureza, pudessem ser reduzidos a *coisas*. As interpretações de Parsons (1902-1979) sobre Pareto, Durkheim e Weber, a respeito dos fatos sociais, desdobraram-se em uma concepção estrutural, funcionalista da sociedade. Essa concepção se difundiu nos meios acadêmicos norte-americanos e constituiu-se em um método de análise e de explicação dos fenômenos sociais.

Em suma, esse paradigma tem como postulado a existência de objetos fora da consciência e independente dela. O resumo desses objetos constitui a natureza ou o mundo exterior que existe *em si*, e se impõe como uma evidência que reconhece a supremacia do mundo objetivo. O sujeito (consciência) é um receptáculo que recolhe as impressões gravadas pela natureza exterior.

A par da influência dominante desse paradigma, desenvolveram-se outras concepções, originárias do idealismo que toma o sujeito pensante como evidência mais clara que o objeto pensado. Para esta corrente, é a consciência que constitui o mundo exterior e o mundo da existência.

No início do século, as controvérsias metodológicas nos meios universitários alemães sobre as ciências humanas, a crítica ao naturalismo que adotava os modelos explicativos das ciências da natureza para as ciências do homem, as insuficiências metodológicas insuperáveis do naturalismo,

adensaram as críticas e orientaram novos caminhos de compreensão das ciências humanas e sociais. Dilthey (1833-1911) mostrou que a compreensão do mundo humano em culturas históricas supõe a apreensão dos significados que o homem dá à vida e advogou uma lógica própria para as ciências humanas que visam compreender (*Verstehen*) os fenômenos, enquanto as ciências da natureza procuram explicá-los (*Erklären*). O processo compreensivo é a apreensão global de uma visão de mundo, e a explicação é a demonstração de relações causais de fatos materiais. Weber (1864-1920) também buscou uma sociologia compreensiva para decifrar os fenômenos sociais e históricos à luz dos tipos ideais, e Bergson (1859-1941), na França, argumentava que a realidade vivida só pode ser conhecida pela intuição.

Mas foi Husserl (1858-1938) quem se interessou em dar um estatuto de rigor para as ciências humanas. A crítica ao naturalismo, ao psicologismo da Escola de Warbourg e ao kantismo dominante mostrou a fragmentação dessas explicações, e suas críticas visaram estabelecer uma concepção holística que captasse, não conceitos formais, mas as coisas em si mesmas. Para isto, Husserl propõe um caminho que ultrapasse as aparências imediatas das coisas e alcance os *fenômenos*, a essência das coisas na sua manifestação. A ciência das essências repousa na intuição de que “toda consciência é consciência de alguma coisa” e visa um objeto que não é ela e que não pode estar contido nela. Por esta operação, o sujeito se torna consciente desse ato pelo qual dá uma significação ao objeto. Não são, pois, as qualidades sensíveis que revelam as coisas, mas o sentido que as habita e diante do qual meu corpo adota um comportamento (Merleau-Ponty).

A fenomenologia está na base de diversas teorias existencialistas que relevam a superioridade do vivido, do sujeito ou de correntes que se formaram a partir de Merleau-Ponty (1908-1961) na França, A. Schutz (1899-1959) nos Estados Unidos, como também de Blumer e os interacionistas, Garfinkel e os etnometodólogos.

A tradição dialética abrigou várias tendências. Na União Soviética e nos países sob influência direta do monopólio partidário e ideológico, o marxismo oficial permaneceu atraído pelo comportamentismo pavloviano e pela análise positivista dos processos humanos e sociais, exaurindo-se na exegese de autores reconhecidos e oficiosamente aceitos. Nos anos 1960/70, a emergência de movimentos libertários e releitura de autores esquecidos dos anos 1920, como Gramsci e Lukács, a erupção da Escola de Frankfurt, com Horkheimer, Adorno, Habermas trouxeram novas questões e renovaram o interesse crítico da sociedade capitalista. Temas proscritos do marxismo oficial, estudos das formações capitalistas e análises críticas dos estamentos montados nos países que adotaram o marxismo oficial refizeram o interesse pela crítica e pela pesquisa histórica e cultural.

É preciso ter presente que a polarização ideológica, construída pela Guerra Fria do pós-guerra, criou fronteiras definidas e arregimentou ideólogos, inventou ameaças e recrutou militantes. A guerra verbal e as oposições ideológicas pretenderam repartir campos de influência política e ideológica e configurar o mundo científico em dois polos de verdade, representados pelo Ocidente, tendo à frente os Estados Unidos, e o Oriente, sob influência da União Soviética. A transformação da Europa e as mudanças na

composição hegemônica das forças políticas já expuseram o artificialismo maniqueísta e belicista da Guerra Fria. A reconstrução europeia, a recomposição política internacional e seus efeitos sobre a cultura deverão renovar o cenário científico e a pesquisa, neste final de século.

2. Fontes de informação

A pesquisa sobre um problema determinado depende das fontes de informação sobre ele. As informações podem provir de observações, de reflexões pessoais, de pessoas que adquiriram experiências pelo estudo ou pela participação em eventos, ou ainda do acervo de conhecimentos reunidos em bibliotecas, centros de documentação bibliográfica ou de qualquer registro que contenha dados. A utilização adequada dessas fontes de informação auxilia o pesquisador na delimitação clara do próprio projeto, esclarece aspectos obscuros da pesquisa e o orienta na busca da fundamentação e dos meios de resolver um problema.

A determinação de um problema a ser pesquisado pode originar-se, pois, da observação direta e da reflexão sobre fatos observáveis, de leituras e de análises pessoais, de fontes documentais orais ou escritas.

2.1 Da observação

As observações se detêm sobre alguns aspectos circunscritos a partir dos quais se apreende uma questão

específica e a totalidade onde acontece a questão observada. Diferentes correntes de pesquisa trabalharam a observação como seu fundamento da pesquisa e elaboraram técnicas específicas de aplicação à observação sistemática.

A observação é o núcleo originário e privilegiado de pesquisas que visem obter conclusões a partir da experimentação. Comte e os positivistas em geral tomaram a observação como única fonte possível de conhecimento (Comte, A. *O discurso do método positivo*, p. 20). A observação pode ser metódica e estruturada, o que supõe algumas técnicas de controle e classificação dos fatos, e a construção de grades de comportamentos observáveis. É também crescente o uso da observação participante onde o pesquisador se encontra implicado no processo de observação e constrói as evidências observadas na interação com outros pares que constroem o conhecimento.

2.2 Das pessoas-fonte

Outra fonte de informação são as pessoas-fonte que, pela sua participação ou pelo estudo, adquiriram competência específica sobre um determinado problema. O testemunho oral das pessoas presentes em eventos, suas percepções e análises podem esclarecer muitos aspectos ignorados e indicar fatos inexplorados do problema. Como já dizia Vieira: “Os discursos de quem não viu são discursos; os discursos de quem viu são profecias” (Vieira, *Sermões*, 3º Domingo do Advento).

Alguém que se dedicou ao estudo sistemático de uma questão pode revelar os aspectos mais relevantes, indicar os

meios de adquirir informações, orientar na busca de fontes documentais, selecionar as leituras mais pertinentes etc.

A consulta a pessoas-fonte, como qualquer entrevista, depende muito da preparação prévia para se colher as informações relevantes sobre as questões fundamentais de uma pesquisa, em tempo breve, e registrar adequadamente as informações que se procura.

O pesquisador deve estar preparado para expor sucinta e claramente o problema da pesquisa, suas dificuldades e interesses, munido dos meios de registro de informações, e criar, se necessário, outras possibilidades de contato. A experiência mostra ainda que o sucesso do trabalho depende também de algumas circunstâncias, como contatos prévios para se criar condições oportunas (dia, hora, local) e situações amistosas de diálogo.

Convém conhecer alguns procedimentos usuais adotados para se realizar uma entrevista. No caso de se colher informações sistemáticas para se escrever a história oral, será indispensável conhecer os métodos e processos para se elaborar este tipo de pesquisa.

2.3 Da documentação

A busca de informações documentadas acompanha o desenvolvimento geral da pesquisa e se aprimora com o amadurecimento dos objetivos e fins de investigação.

A pesquisa documental visa responder às necessidades objetivas da investigação e pode, didaticamente, atender as seguintes questões:

- para que servem as informações documentadas;
- quais documentos são necessários para realizar o estudo do problema;
- onde encontrá-los; e
- como utilizar-se deles para os objetivos da pesquisa.

A pesquisa documental é parte integrante de qualquer pesquisa sistemática e precede ou acompanha os trabalhos de campo. Ela pode ser um aspecto dominante em trabalhos que visam mostrar a situação atual de um assunto determinado ou intentam traçar a evolução histórica de um problema. É importante também para se conhecer os tipos de investigação já realizados, os instrumentos adotados, os pressupostos teóricos assumidos, as posições dos pesquisadores, os aspectos já explorados e os sistemas de explicação que foram construídos. Quem inicia uma pesquisa não pode dispensar as informações documentadas. A reunião delas é indispensável para se conhecer o que já foi bem investigado, o que falta investigar, os problemas ainda controversos, obscuros, inadequadamente estudados ou que ainda persistem, reclamando novos estudos.

A pesquisa documental é, pois, uma etapa importante para se reunir os conhecimentos produzidos e eleger os instrumentos necessários ao estudo de um problema relevante e atual, sem incidir em questões já resolvidas, ou trilhar percursos já realizados. O interessado deve ter presente para que servem os documentos que procura, quais documentos precisa, onde encontrá-los e como reuni-los.

Para quê

São os objetivos e fins da pesquisa que determinam quais e que tipos de informações documentais convém reunir. Sem esta delimitação prévia o pesquisador pode se perder em exaustivos esforços, recolher um volume excessivo de informações e permanecer incapaz de extrair os dados de que precisa. A delimitação é o critério fundamental para um levantamento consistente dos documentos relevantes e para a seleção das informações fontais disponíveis. Poupa buscas desnecessárias e tempo de trabalho, restringe o volume de dados e mantém o pesquisador no fio condutor da sua pesquisa.

Quais

As pesquisas se utilizam prevalentemente da documentação escrita. As informações contidas em suportes materiais, por meio de técnicas específicas (pintura, gravações etc.), podem exigir do pesquisador um conhecimento particular desses tipos de documentos e dos seus métodos de catalogação reunidos em arquivos próprios (pinacotecas, videotecas, filmotecas etc.).

Onde

As bibliotecas, arquivos e centros de documentação estocam os documentos escritos, seguindo alguns critérios

de tipologização documental e técnicas de classificação, que orientam os usuários na identificação das fontes de informação. Sua importância para o pesquisador requer noções básicas da documentação reunida na Parte III: Documentação.

As bibliotecas que mais imediatamente interessam ao pesquisador são as universitárias, especializadas na área de abrangência da pesquisa, que reúnem os documentos primários e secundários de um domínio do conhecimento.

É útil conhecer como estão organizados uma biblioteca e os serviços básicos e específicos que ela mantém, para se utilizar adequadamente os acervos e serviços disponíveis.

Uma busca documental pode proceder aleatoriamente, reunindo informações ocasionais extraídas de fontes mais imediatamente disponíveis. Em geral, o interessado inicia as primeiras diligências trabalhando as informações precárias que reúne no dia a dia em contatos com outros pesquisadores, aulas e seminários, leituras ou reflexões pessoais. Esses primeiros passos não são suficientes para especificar as questões mais significativas e remeterão o pesquisador à seleção da literatura mais pertinente para aprofundar a análise de um tema específico. Como todas as partes da pesquisa, a documentação não é um aspecto isolado e estanque, linearmente progressivo. Amplia-se e se especifica, com a definição do problema.

A formulação de um problema indicará, porém, a urgência de uma documentação sistemática e a necessidade de se adotar estratégias coerentes de procura das informações existentes, integrando-as aos métodos de trabalho pessoal.

Como a pesquisa é um esforço durável de busca, análise e síntese, impõe uma disciplina que responda ao volume físico e mental de trabalho por um período duradouro e exige a adoção de métodos de organização pessoal condizentes com a complexidade das questões que deverão ser resolvidas. Buscas ocasionais, instrumentação precária, desorganização pessoal, aplicação descontínua e esforços aleatórios frustram a pesquisa e geram situações desconfortáveis e penosas.

Sem algumas providências preliminares de organização pessoal a pesquisa pode estagnar-se e não transpor fases mais complexas, que exigem dados bem organizados e tempo prolongado de observação e análise.

A par destas recomendações, é preciso assumir um método de trabalho adaptado às condições pessoais. Algumas técnicas podem auxiliar a organização desse trabalho. Essas técnicas estão descritas em literatura específica, que ressalta as vantagens de uma organização racional do trabalho. A compatibilização dessas técnicas com o estilo pessoal pode dinamizar a progressão da pesquisa e sua sistematização, eliminando a dispersão e perda das informações.

Em suma, essas técnicas referem a importância de um fichário bibliográfico que reúna as referências bibliográficas, os documentos consultados e a consultar, e explicam os meios mais eficientes de fazê-lo.

Parte I

Pesquisa experimental

CAPÍTULO 1

Da pesquisa experimental

1. Introdução

O estudo científico dos fenômenos educativos, psicológicos, sociais e linguísticos desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XIX. A busca de conhecimentos comprovadamente coerentes e rigorosos que substituíssem os conhecimentos especulativos, intuitivos e de senso comum desenvolveu um método de comprovação das afirmações admitidas como científicas.

O método experimental ou científico, apoiado nos postulados do Positivismo, subsumiu o mesmo método das ciências da natureza, tido como exemplar na construção de conhecimentos rigorosamente verificados e cientificamente comprovados. Este método consiste em submeter um fato à experimentação em condições de controle e apreciá-lo coerentemente, com critérios de rigor, mensurando a constância das incidências e suas exceções e admitindo como

científicos somente os conhecimentos passíveis de apreensão em condições de controle, legitimados pela experimentação e comprovados pela mensuração.

O método desenvolveu, durante um século, um conjunto de técnicas e instrumentos que foram adotados em ciências humanas e sociais, constituindo-se em um método-padrão de pesquisas científicas, até a segunda metade do século XX. A partir dessa época ampliaram-se o campo, as técnicas e os instrumentos de pesquisa em ciências humanas e sociais.

2. O termo

1. Para a organização da pesquisa, toma-se o modelo experimental como um padrão sobre o qual serão feitas as análises e discussões dos seus fundamentos e da concepção da realidade subjacente a esse modelo-padrão. A partir dessa análise, serão abordados outros modelos discursivos de pesquisa, as concepções da realidade que os fundam, o processo de validação dos conhecimentos que adotam e dos resultados que obtêm.

2. A pesquisa experimental parte da análise de um fenômeno delimitado sobre o qual formula hipóteses prévias de verdade e métodos explícitos de verificação, submete o fenômeno à experimentação em condições de controle, cuidando ciosamente da validade interna das hipóteses a fim de extrair leis (nomotéticas), fazer generalizações e elaborar teorias explicativas do fenômeno observado.

3. Elege-se um padrão de pesquisa designado *experimental* para caracterizar um tipo de pesquisa que submete o fenômeno à experimentação, a uma intervenção nos fenômenos a partir da organização sistemática dos fenômenos observados. A experimentação significa que se recorre à *experiência*, ou seja, os fatos e acontecimentos são apreendidos em um contexto de normas constantes e, por isso, podem ser sistematicamente observados, deliberadamente organizados e sujeitos a uma intervenção planejada para permitir inferências e previsões sobre os fatos que se deem nas mesmas condições. Usam-se também outras designações para acentuar uma denotação especial. É designada como *científica* para reafirmar uma posição positivista que só reconhece como válidos os conhecimentos resultantes de experimentações comprovadas por padrões mensuráveis de controle. Designa-se impropriamente de pesquisa *empírica*. As pesquisas empíricas se fundam em observações e no estudo de fatos particulares para generalizar fatos ou realidades apoiando o conhecimento na experiência interna ou externa, tomando a experiência como um registro ou uma leitura das propriedades já organizadas no objeto ou no sujeito. Neste sentido, confunde-se com as pesquisas experimentais. Estas, porém, pressupõem uma base empírica, mas tomam a experimentação como condição necessária do conhecimento. E não é só. A experimentação deve combinar-se com outros processos cognitivos, como a dedução matemática. Comporta, ainda, o controle tanto da atividade do experimentador quanto das análises dos fatos imediatos e aparentes ou das previsões dedutíveis dessas análises.

4. As pesquisas são, às vezes, designadas pela denotação especial que se quer dar: *teórica* ou *fundamental* (orien-

tada mais para a verificação de uma teoria que para a aplicação imediata dos conhecimentos) e *aplicada*, que visa uma utilização imediata dos conhecimentos produzidos ou a verificação dos dados teóricos no quadro da prática; *descritiva*, que se restringe à descrição dos fatos; *analítica*, que faz análises interpretativas dos dados e extrai conclusões; *quantitativa*, pelo suporte em medidas e cálculos mensurativos que utiliza, ou *qualitativa*, para ressaltar as significações que estão contidas nos atos e práticas; ou ainda *nomotéticas*, para evidenciar o intuito de extrair as leis (*nomos*) da regularidade e da recorrência dos fatos observados para generalizar. As pesquisas podem ser designadas ainda pelo método de abordagem analítica: comparativa, histórica, funcional, estrutural, sistêmica, dialética, ou então pelos objetivos específicos: *clínica* — estudo das determinantes de *casos* individuais, visando um julgamento (diagnóstico) e uma prescrição saneadora (terapêutica); *pesquisa-intervenção* — relação participante dos agentes que partilham do processo de análise e mudança psicossociológica.

3. Experimentação

O método de comprovar conhecimentos pela experimentação *provocada* é uma etapa comum em ciências físicas e naturais. Consiste na observação, manipulação e controle do efeito produzido em uma dada situação, introduzindo uma modificação voluntária de uma variável independente sobre outra variável dependente. A experimentação não é indispensável à ciência. A Astronomia, a

Geologia, por exemplo, não podem agir voluntariamente sobre objetos da observação. Essas dificuldades de submeter a uma experimentação provocada os objetos de pesquisa são maiores em ciências humanas e sociais porque estas analisam fenômenos coletivos, como ocorre com a Sociologia, a Economia, a Demografia, ou porque é impossível submeter o próprio homem à experimentação no sentido estrito, isto é, modificar os fenômenos com a variação livre dos fatores.

A experimentação em ciências humanas consiste na adoção de uma metodologia que assume uma lógica sistematizada de pesquisa para encontrar os liames que unem duas variáveis e que comprovem a veracidade ou falsidade de uma hipótese. Resume-se, praticamente, na observação sistemática de resultados para se estabelecer correlações entre efeitos e suas causas (experimentação *invocada*).

A organização de um plano de experimentação supõe que se defina um problema, e este possa ser analisado e explicado pelas técnicas e instrumentos de pesquisa. A análise conduz a uma proposição prévia de resposta ao problema (hipótese) para a qual se colhem as provas para confirmar ou negar a proposição.

4. Pressupostos da pesquisa experimental

A pesquisa experimental se apoia nos pressupostos do Positivismo e pretende que os conhecimentos opinativos ou intuitivos e as afirmações genéricas sejam substituídos

por conhecimentos rigorosamente articulados, submetidos ao controle de verificações empíricas e comprovados por meio de técnicas precisas de controle.

Segundo essa concepção, não existe relação entre os sujeitos que observam e o objeto observado. Os fatos ou os dados são frutos da observação, da experiência e da constatação, e devem ser transformados em quantidades, reproduzidos e reiterados em condições de controle, para serem analisados de modo neutro e objetivo, a fim de se formular leis e teorias explicativas dos fatos observados.

O pesquisador deve abstrair-se de toda subjetividade passional que conduz ao erro, à precipitação e à irracionalidade, para assumir uma neutralidade diante de divergências, oposições ou conflitos ideológicos, tornando-se um sujeito neutro, lógico ou epistêmico.

Estabelecidas essas premissas, o pesquisador pode aceder aos conhecimentos positivos, à realidade objetiva, e elaborar conhecimentos válidos e legitimá-los cientificamente. Há um método para desvendar a complexidade aparente dos fenômenos. Este método pressupõe que a natureza é uniforme, logicamente organizada e funcionalmente determinada. O pesquisador, aplicando-se à observação metódica, pode encontrar as relações constantes em circunstâncias idênticas e determinar as leis que regem e explicam as relações causais entre os fenômenos e fatos observados, e prever comportamentos ou fatos. Supõe, portanto, que o mundo está definitivamente constituído e regido por leis invariáveis e constantes, que podem ser apreendidas, verificadas e previstas.

5. O método

O método preconiza que a ciência é una e que os fatos humanos e sociais não diferem dos fatos das ciências da natureza. Preconiza ainda que o mesmo modelo de pesquisa das ciências naturais deve servir para legitimar as afirmações científicas das ciências do homem. Basta para isso:

- construir os conhecimentos a partir da observação sistemática de fatos sensíveis;
- reduzir os fenômenos complexos aos simples, os gerais aos particulares, os heterogêneos aos homogêneos;
- sistematizar a observação dos fatos simples e extrapolar para fenômenos mais complexos e gerais (processo indutivo); elaborar afirmações lógicas que mostrem os nexos que existem entre um ou mais fatos (hipóteses);
- submeter os fatos à experimentação (verificação) e extrair as relações causais entre conjuntos homogêneos de fatos (leis), estabelecendo generalizações dessas relações causais (teorias); por um processo, agora, dedutivo (dedução), explicar processos complexos, tirar consequências (explicações) e prever como as generalizações se farão operatórias em situações idênticas ou novas (predições). A validação do conhecimento segue um processo lógico-indutivo (do dado singular observado caminha-se para a generalização) e hipotético-dedutivo (ilação explicativa das leis gerais estabelecidas pelo raciocínio indutivo para fatos congêneres).

O método experimental pressupõe, ainda, que os dados estão inscritos na natureza, pois “a extensão universal da invariabilidade das leis naturais é um dogma do fundamental do espírito positivo”,² e a lei básica do conhecimento é a subordinação da imaginação à observação, porque esta é a única fonte possível dos conhecimentos realmente acessíveis e, como consequência, necessária às relações constantes e invariáveis entre os fenômenos. É possível substituir a exploração direta dos fatos pela previsão racional, de tal modo que “o genuíno espírito positivo consiste em ver para crer, em estudar o que é, a fim de concluir o que será”.³

Esses fundamentos forjaram um método de legitimação dos conhecimentos que:

1. Deverão nascer da observação, única base possível dos conhecimentos realmente acessíveis, e encontrar as relações constantes que existem entre os fenômenos; a pretensão de ultrapassar a observação é vã e inócua.
2. Os fatos devem ser organizados para que se constituam em fundamentos de uma prova e levem a uma conclusão. Será preciso intervir para relacionar os fenômenos que interessam. A intervenção e a organização planificada são características do método experimental.
3. Os fenômenos deverão ser submetidos à experimentação para se demonstrar as relações que os regem e, deste modo, eliminar radicalmente as

2. COMTE, A. *O discurso do método positivo*. Porto Alegre: Globo, 1976. p. 20.

3. *Ibidem*.

afirmações opinativas e chegar aos conhecimentos comprovados cientificamente.

Com esses pressupostos criou-se um modelo de pesquisa, introduziram-se técnicas, edificaram-se instrumentos e aprimoraram-se procedimentos de experimentação que foram cuidadosamente lapidados para assegurar a objetividade do conhecimento, o critério e o rigor, a coerência e a relevância do saber científico.

Esse modelo de pesquisa privilegiou a verificação por meio de técnicas sofisticadas de mensuração dos dados, alcançou um grande prestígio e tornou-se o modelo dominante de pesquisa em ciências humanas e sociais, até passado recente.

O modelo tem muitas variantes. As diferentes vias de validação dos conhecimentos podem ser condensadas em um modelo-padrão que inclui:

1. hipótese de explicação de fatos observados;
2. verificação da hipótese (experimentação): coleta de dados e análise dos dados;
3. previsão: explicação das leis que regem os fenômenos observados e dedução para outros fenômenos que estão sob as mesmas leis.

6. Limites e críticas

As pesquisas quantitativas dominaram as investigações em ciências humanas e sociais até a década de 1970,

sustentadas pela supremacia do positivismo nessas ciências. Novas orientações filosóficas, novas técnicas, partindo de outros pressupostos, recusaram-se a admitir um paradigma único de legitimação dos conhecimentos.

Essas críticas expuseram os limites da pesquisa experimental, quantitativa, denunciaram a pretensa neutralidade científica, os vínculos do conhecimento científico com as estruturas sociais, os mecanismos de reprodução social, as filigranas da luta de classe, e o engodo de se admitir, a pretexto da unidade da ciência, um único padrão de conhecimento sob o império exclusivo do pensamento positivista.

Porém, as críticas às certezas absolutas remontam ao Fenomenismo de Hume (1711-1776), para quem os conceitos são fatos da consciência subjetiva, sem correspondência com a realidade objetiva. O conceito de causalidade (por exemplo, *A* é causa de *B*), para Hume, é uma interpretação de sequências repetitivas, porque não capta o efeito de *A* sobre *B*. Kant aplicara-se também em demonstrar que o mundo em si é incognoscível e não resulta de sensações, mas de experiências (apreensão dos objetos no tempo e no espaço em um contexto regido por leis) que se exprimem em juízos da experiência que, por sua vez, afirmam a relação das determinações, subsistindo no objeto. E Hegel propugnava que todo real é racional e tudo é produto do meu espírito, é um ponto de vista do espírito universal.

Há uma tradição filosófica que relevou a atividade do sujeito cognoscente no processo de conhecimento, com raízes na filosofia da vida de Bergson, no historicismo, na dialética, na filosofia da existência e na fenomenologia. E, mais proximamente, pesquisas etnográficas da antropologia procuraram mostrar que os conhecimentos dependem do

contexto sociocultural e do modo como os atores sociais os percebem nas condições e no meio em que vivem.

7. Contestações mais recentes

As contestações à pesquisa exclusivamente quantitativa vieram, porém, de autores com reconhecida experiência em pesquisa experimental.

Campbell, um pesquisador notável pelo seu passado em pesquisas experimentais e que se notabilizara pela difusão do modelo experimental de Ronald Fischer, declara na assembleia norte-americana de Psicologia, em 1974, que a abordagem quantitativa e pesquisadores rigorosos servem-se de uma fundamentação qualitativa — o bom senso — para contravalidar pesquisas com erros decorrentes de leitura errônea de medidas ou de defeitos no uso de instrumentos. Propõe que as avaliações de programas ou a avaliação dos resultados de inovações sociais deliberadas recorram à abordagem qualitativa, significando explicitamente as pesquisas fenomenológicas, histórico-filosóficas, clínicas, estudos de casos, observação participante e bom senso. Campbell reconhece ainda, com base na Antropologia, a necessidade de descrições que apreendam o ambiente ecológico daqueles que se quer avaliar.

Campbell pretendia estabelecer uma síntese unificadora do conhecimento quantitativo e qualitativo.

Na mesma ocasião, Crombach denuncia a separação entre a Psicologia Experimental (quantitativa) e as diferenças

individuais (qualitativa). As análises das interações entre indivíduos baseadas no tratamento experimental, sem considerar as diferenças individuais, acabam em generalizações pouco válidas. Crombach reconhece que as análises devem apreciar o contexto, as características e os acontecimentos em que se dão as observações.

Mas deve-se sobretudo a R. Stake, com larga experiência em avaliação quantitativa de programas, a sistematização de um programa qualitativo na avaliação de programas onde os participantes atuam, levantando questões ou recebendo informações sobre o conteúdo e a forma do programa. A avaliação deve ser “respondente”: responder às questões postas pelos interlocutores, atuar sobre o programa tal como acontece e não como foi planejado e considerar os diferentes juízos de valor quando são analisados o sucesso ou fracasso do programa.

As críticas vieram também de outras correntes que se opuseram ao padrão quantitativo das pesquisas em ciências humanas e sociais, como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, a pesquisa etnográfica, a pesquisa-ação e a intervenção psicossociológica. A crítica mais penetrante e sistemática aos fundamentos da razão instrumental é feita por Habermas.⁴

8. Confluências e oposições

Para muitos autores, a pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem siner-

4. HABERMAS, J. *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard, 1987. 2 v.

gicamente convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo (fenomenologia, dialética, hermenêutica etc.). Esses autores consideram que é necessário superar as oposições que subsistem nas pesquisas em ciências humanas e sociais, e apontam que se pode fazer uma análise qualitativa de dados estritamente quantitativos ou que o material recolhido com técnicas qualitativas pode ser analisado com métodos quantitativos, como é o caso da análise de conteúdo.

Outros insistem, porém, em que as divergências não procedem de meros instrumentos e técnicas de pesquisa, mas de oposições mais radicais, que encontram seu fundamento na concepção de realidade humana e social, nas situações e posições sociais dos pesquisadores e, portanto, não se confinam a diatribes técnicas, mas refletem confrontos sociais, políticos e ideológicos gerais da sociedade.

9. Processo de uma pesquisa experimental

O processo de pesquisa é um conjunto de operações sucessivas e distintas, mas interdependentes, realizadas por um ou mais pesquisadores, a fim de coletar sistematicamente informações válidas sobre um fenômeno observável para explicá-lo ou compreendê-lo. É um trabalho complexo que reúne diferentes competências (escrever, sistematizar, analisar), organização pessoal e o domínio de técnicas especializadas (documentação, instrumentos de pesquisa etc.).

Para efeitos didáticos, a organização de uma pesquisa pode ser dividida em fases e etapas de trabalho. A realização de uma pesquisa, porém, não é um procedimento linear, estanque e mecânico, mas um processo duradouro de maturação de observações, análises, relações e sínteses, onde o pesquisador tende a se modificar no curso de suas descobertas e a reorientar suas posições ou hipóteses, previamente abraçadas.

Este processo impõe uma organização sistemática de trabalho, uma aplicação metódica à pesquisa e o conhecimento de algumas técnicas de trabalho científico. Por isso, a fluente transformação do sujeito que investiga e do objeto da pesquisa não deve dispensar o esforço de organizar um trabalho complexo, munindo-se dos instrumentos disponíveis e estabelecendo um programa de longa duração para vencer hesitações, eliminar dúvidas e resolver problemas.

Em síntese, a organização convencional de uma pesquisa pode ser estabelecida em *fases* que abrangem a concepção geral, a organização, execução e redação, e *etapas* que levem progressivamente a trabalhos mais complexos. Vejamos:

1ª Fase: A determinação do problema

- Etapas:**
1. Selecionar o assunto.
 2. Definir e formular o problema da pesquisa.
 3. Reunir e selecionar a documentação sobre o assunto-problema a ser pesquisado.
 4. Elaborar a revisão da literatura sobre o problema da pesquisa.

2ª Fase: A organização da pesquisa

- Etapas:**
1. Descrever o objeto (ou problema) da pesquisa em relação a um referencial teórico.
 2. Formular as hipóteses de trabalho.
 3. Determinar a fórmula de experimentação ou descrever os métodos escolhidos para coletar ou completar os dados.
 4. Construir os instrumentos necessários à coleta de dados.
 5. Definir a população da pesquisa ou da experimentação.
 6. Planificar a coleta de dados.

3ª Fase: Execução da pesquisa de campo

- Etapas:**
1. Estabelecer um programa de trabalho.
 2. Coletar os dados.
 3. Analisar os resultados.

4ª Fase: Redação do texto

- Etapas:**
1. Redigir o texto preliminar, explicando o fenômeno observado.
 2. Redigir o texto definitivo, incorporando, no texto, indicações e críticas pertinentes.